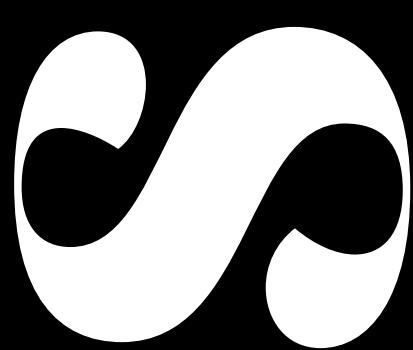




Aponte a câmera do celular para o código, navegue no portal Opinião e veja este material e outros conteúdos

CONQUISTAS FEMININAS



SEGUNDA EDIÇÃO

muitos
caminhos DA
mulher
NA política

Plenário 13 de Maio

ALECE ALECE



muitos caminhos DA mulher NA política

SEGUNDA EDIÇÃO

EDITORIAL

EM SINTONIA COM A HISTÓRIA

Nove deputadas compõem a maior bancada feminina da história da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. O número ainda não garante uma simetria com a população cearense. Como em todo o Brasil, o Estado tem mais mulheres do que homens.

A ampliação da bancada feminina não é um fato isolado. Está inscrito numa cadeia de conquistas das mulheres na política. Tendência global, ela se observa também no Brasil, onde, a cada pleito, os eleitores investem mais confiança em candidatas a cargos do Executivo e do Legislativo.

Em nossa segunda edição especial sobre a participação das mulheres no parlamento, apresentamos uma discussão sobre a importância da representação feminina na política, tratando dos desafios até aqui; dos obstáculos do presente e do futuro; e da potência que a pluralidade de vivências e olhares para uma casa legislativa.

Da Alece, ouvimos vozes de parte da bancada em uma série de entrevistas; e tratamos a articulação do Movimento das Mulheres do Legislativo Cearense, que desde os anos 90 congrega a força feminina do legislativo cearense - e não apenas de suas deputadas.

Fundamental é conhecer o projeto, gestado na Alece, que fez o Ceará cartografar a violência contra as mulheres no Estado. Conhecer é o primeiro para combater e reverter o quadro. Nenhuma pauta é mais urgente para uma política representativa plural. Garantir a integridade das mulheres, direito de todo cidadão, é a base para que elas conquistem o que lhe é de direito: ser protagonistas de seu destino e, assim, contribuir para uma sociedade mais justa, mais humana e igualitária.

EXPEDIENTE

GRUPO DE COMUNICAÇÃO OPINIÃO CE

Presidente: ROBERTO MOREIRA

Diretora-geral: ELBA AQUINO

Diretora Comercial: ROSSI DANTAS

Gerente de Projetos em Comunicação e Marketing: JOÃO MAROPO

Editores: DELLANO RIOS, FERNANDA ALVES E RODRIGO RODRIGUES

Administrativo: JÚNIOR SANTOS

OS MUITOS CAMINHOS DA MULHER NA POLÍTICA

EDIÇÃO: DELLANO RIOS

TEXTOS: DELLANO RIOS, RODRIGO RODRIGUES E YASMIN PAIVA

REVISÃO: LARISSA FERREIRA

IMAGENS: BEATRIZ BOBLITZ E ACERVO DA ALECE

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: JOÃO MAROPO

ENDEREÇO: Rua Professor Dias da Rocha, 1097 - Bairro: Aldeota

CEP: 60170-285. FORTALEZA-CE

CNPJ: 45.114.358/0001-83

TEL. REDAÇÃO: (85) 3037 9117

Opinião

Direto ao ponto

CE

Ação atua como
ponte entre a
instituição, a
iniciativa privada
e as populações
vulneráveis

Com a finalidade de desenvolver ações voltadas ao bem-estar social do cidadão cearense, o Movimento das Mulheres do Legislativo Cearense (MMLC) reúne mulheres que atuam na Assembleia Legislativa do Estado (Alece). Presidido pela primeira-dama da Casa, Cristiane Leitão, o grupo atua, nos ambientes externos e internos da Alece, como ponte entre a instituição, a iniciativa privada e as populações vulneráveis.

Entre os esforços empreendidos por aquelas que compõem o MMLC, estão a atuação na promoção do bem-estar da população, por meio da busca de parcerias para expandir projetos sociais; além da luta por ações que beneficiem o cidadão cearense.

“O objetivo é apoiar e executar ações culturais, artísticas e sociais para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do cidadão, por intermédio de ações que perpassam a relação de gênero. Tem como função, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população cearense, promovendo o exercício da cidadania”, destaca a primeira-dama, Cristiane Leitão. Criado em 1987, o Movimento é formado por esposas de parlamentares, servidoras, ex-deputadas e deputadas cearenses.

APRESENTAÇÃO

Segundo a primeira-dama, o Movimento está “sempre apresentando ações e planejamentos para que as parlamentares compreendam a importância e o impacto das iniciativas empreendidas pelo grupo. Unindo esforços e fechando parceiras”. Na avaliação de

MOVIMENTO DAS MULHERES DO LEGISLATIVO REÚNE LIDERANÇAS POLÍTICAS ARENSE

Cristiane, o momento para desenvolver tais ações e propício, já que o Parlamento cearense nunca teve uma bancada feminina tão expressiva quanto a atual.

Durante uma apresentação do Movimento, em março deste ano, a primeira-dama destacou a necessidade de que haja união de esforços em prol das populações mais vulneráveis. “A gente pode transformar esse movimento em uma potência, pois temos muitas mulheres de força”, disse, na ocasião.

O encontro, que contou com a participação das deputadas Larissa Gaspar (PT), Lia Gomes (PDT) e Marta Gonçalves (PL), foi promovido com o objetivo de apresentar as ações e os planejamentos do movimento para que tanto as deputadas quanto as esposas dos parlamentares compreendam a importância e o impacto das iniciativas.

Segundo a presidente, a cada ano o grupo se reúne para definir o foco de trabalho para o período. Para 2023, foram destacados temas como a situação dos jovens que não trabalham nem estudam, o combate à fome e o combate à violência. “A gente tem que focar no que nos une, precisamos agrregar mulheres de todos os segmentos para que a gente consiga dizer em uma só voz que basta de violência”, ressaltou a procuradora Especial da Mulher da Alece, deputada Lia Gomes, durante o evento. Em agosto deste ano, o Movimento das Mulheres do Legislativo Cearense também deve participar da 1ª Marcha em Defesa das Mulheres, de iniciativa da Procuradoria Especial da Mulher.

3

Cristiane Leitão



GESTADO NA ALECE, SISTEMA ESTADUAL MAPEIA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CE



4

"Dossiê Mulher" foi proposto por parlamentares e sancionado neste mês de julho; Ceará é o segundo estado do país a sistematizar dados

Contribuindo para o enfrentamento da violência contra mulher no Ceará, a lei que cria o Dossiê Mulher e sistematiza dados sobre as mulheres vítimas de violência no Estado foi sancionada em julho deste ano, pelo governador Elmano de Freitas (PT). A iniciativa foi apresentada na Assembleia Legislativa do Ceará (Alece), em 2021, pelo deputado estadual Renato Roseno (PSOL), com coautoria da então deputada, e hoje senadora da República, Augusta Brito (PT). Neste ano, o projeto de lei foi reapresentado e aprovado pela Casa e passou a ter coautoria dos parlamentares Larissa Gaspar (PT), Juliana Lucena (PT) e Guilherme Landim (PDT).

Com a sanção, o Ceará se tornou o segundo estado brasileiro a possuir esse tipo de legislação, que reúne dados sobre os vários tipos de violência. Até então, somente o Rio de Janeiro

ro contava com um Dossiê Mulher.

Ao OPINIÃO CE, a agora senadora Augusta Brito afirmou que o Ceará se destaca ao colocar o tema como uma obrigação do governo estadual, uma vez que estatísticas confiáveis e detalhadas sobre violência contra a mulher são raras no Brasil como um todo. "A iniciativa dá aos gestores públicos informações confiáveis que lhes permitem traçar políticas muito mais eficientes voltadas ao combate da violência contra a mulher", pontua.

Para os fins de elaboração do Dossiê, a Lei considera dados relativos ao estado civil, idade, identidade de gênero autodeclarada, local de ocorrência da agressão, raça, etnia, escolaridade, indicadores de acesso à renda e ao trabalho e número de filhos da vítima. Os dados coletados serão centralizados e disponibilizados para acesso de qualquer interessado atra-

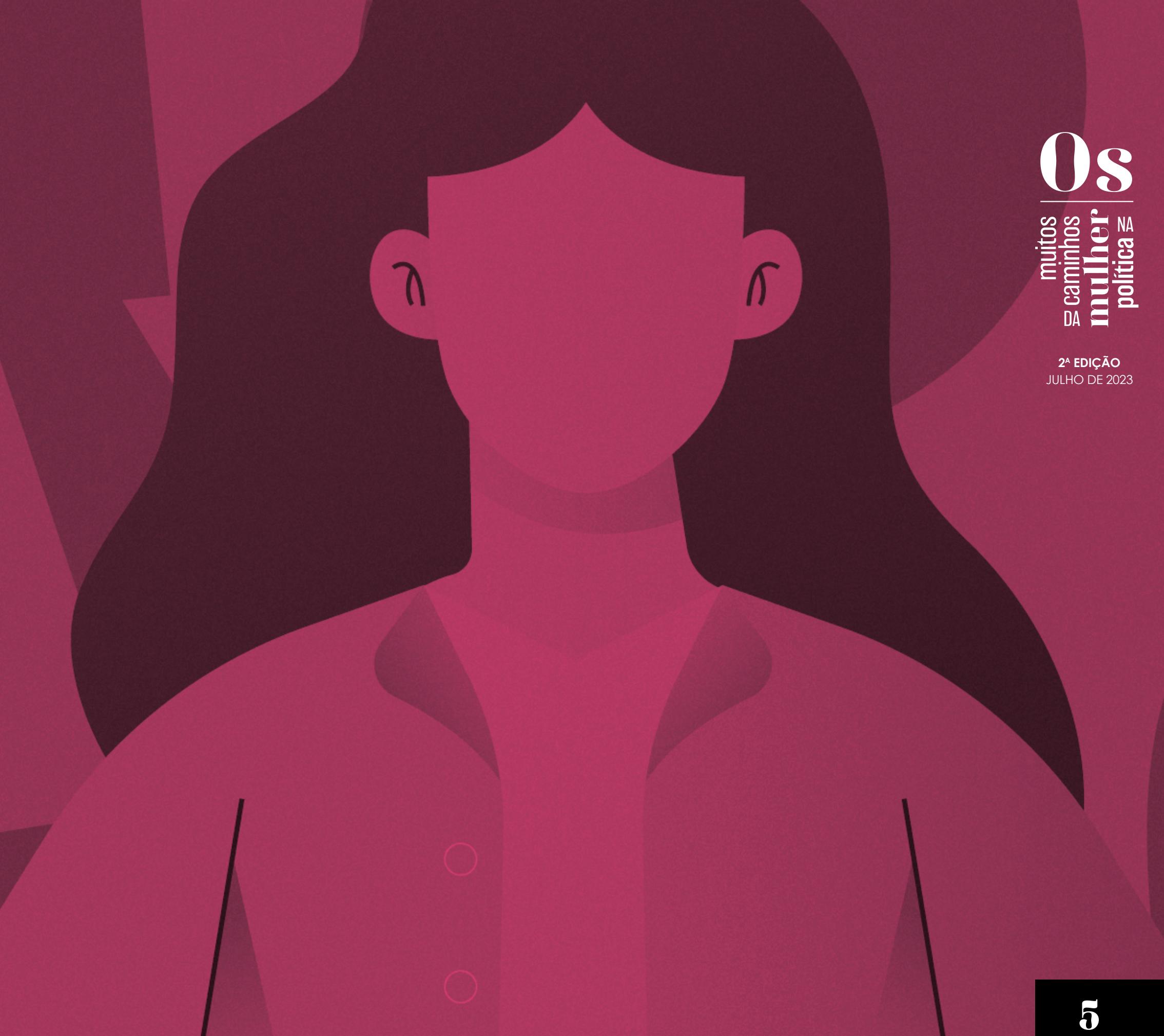
vés da rede mundial de computadores, devendo ser atualizados pelo menos a cada 90 dias.

PRIMEIRO PASSO

A deputada estadual e Procuradora Especial da Mulher da Alece, Lia Gomes (PDT), ressalta a importância da nova Lei, visto que "o primeiro passo para se pensar em políticas públicas voltadas para resolver a questão da violência contra mulher é ter dados sobre o perfil da vítima".

"Ao recolher todos esses dados, pode-se elaborar políticas e projetos de acordo com a faixa da população a ser atendida, onde essa violência predomina. Vejo com grande satisfação essa lei, pois vai servir de baliza para ações permanentes de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher", elucida.

Os dados coletados serão centralizados e disponibilizados para acesso de qualquer interessado através da rede mundial de computadores, devendo ser atualizados pelo menos a cada 90 dias.



Os
muitos
caminhos
da mulher
na política

2ª EDIÇÃO
JULHO DE 2023

5

AS POTÊNCIAS E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO FEMININA

Ceará vive momento histórico no protagonismo político das mulheres;
contudo, garantia da representatividade ainda enfrenta obstáculos

Opinião

Os muitos caminhos da mulher na política

2ª EDIÇÃO
JULHO DE 2023

6

O fato de a Assembleia Legislativa do Estado ter a maior bancada feminina de sua história não é um caso isolado: a representação feminina em postos políticos tem crescido no Ceará. Entretanto, muitas são as dificuldades ainda a serem combatidas para que as mulheres garantam um espaço digno e igualitário na esfera política.

Segundo a cientista política Monalisa Torres, especificamente no parlamento é onde encontramos a representação proporcional da população, de acordo com o próprio arranjo político brasileiro. A partir disso, é possível ter um formato que garanta uma maior inclusão política a todos os públicos da sociedade.

“A ideia, nesse sentido de representação proporcional, inclusive de legislações que tentariam reduzir disparidades, é garantir que a constituição do perfil dos parlamentares se aproxime cada vez mais da pluralidade da sociedade. A mulher participa da política desde 1932, quando teve o direito de votar reconhecido como direito à cidadania. Ainda assim, no momento atual, observamos uma disparidade muito grande entre a participação feminina e a participação masculina”, avalia.

Como tentativa de aumentar a participação das mulheres nas esferas de poder, Monalisa pontua que, recentemente, houve um conjunto de leis agregadas à legislação eleitoral. “As últimas legislações que entraram em vigor e alteraram algumas regras, nesse sentido de ampliação da participação feminina, foram legislações orientadas e interferências do Poder Judiciário para garantir a efetivação da participação das mulheres. Por exemplo, os partidos precisam oferecer 30% da lista de candidatura eleitoral às mulheres. Isso foi uma tentativa de ampliar a inclusão, mas, mesmo assim, ainda vimos casos de partidos que

burlaram as regras e correm o risco de perder os seus candidatos eleitos”.

ANTES, DURANTE E DEPOIS

Para explicar as principais dificuldades de ampliação a serem enfrentadas, a cientista divide o tópico em três partes: o antes, o durante e o depois das eleições. No período antes, destaca-se o problema estrutural ligado ao patriarcalismo e ao machismo, elementos ainda muito presentes na cultura cearense e brasileira. “As mulheres ainda são aquelas que acabam se dedicando mais à esfera do privado e essa divisão sexual do trabalho acaba afastando as mulheres da esfera pública. É um obstáculo que acaba sendo difícil para que as mulheres se interessem e entrem na política”.

Durante as eleições, a estrutura partidária também é majoritariamente masculina. Dessa maneira, “é difícil pensar em partidos que garantam mais recursos, mais tempos de TV, que deem uma assistência maior às mulheres, porque exatamente não são elas que ocupam esses espaços de deliberação majoritária”.

No cenário pós-eleição, Monalisa aponta outro tipo de elemento desmotivador: a violência política de gênero, que ataca fortemente as mulheres, independentemente do viés ideológico. “Para além da estrutura machista, para além das dificuldades de apoio partidário, para além da dificuldade de conseguir ser eleita, elas também têm que enfrentar depois que assumir os cargos

Segundo a cientista política Monalisa Torres, especificamente no parlamento é onde encontramos a representação proporcional da população, de acordo com o próprio arranjo político brasileiro

esses espaços que também são difíceis", ressalta.

PERFIL

Questionada sobre o perfil de mulheres que chegam a altos cargos e ocupam espaços de poder na esfera política, a pesquisadora chama atenção para as personalidades distintas, o que culmina na pluralidade. Entretanto, ao considerar um ponto importante e em comum a ser observado em casos emblemáticos de mulheres de sucesso na política, Monalisa cita a trajetória política da militância.

"Por exemplo, a ex-parlamentar Maria Luiza Fontenelle apresentou uma trajetória de militância constituída ao longo do tempo e que, por isso, ela

conseguiu acessar determinados espaços de poder. A vice-governadora Jade Romero tem uma trajetória dentro do partido, ocupando cargos dentro do governo e construindo esse lugar atual. A ex-governadora do Ceará, Izolda Cela, também construiu um lugar, uma trajetória de trabalho, ainda que por relações de afinidade com determinadas figuras políticas, mas ela também construiu a própria trajetória e mostrou que tinha qualificações para ocupar cargos mais altos, tanto é que hoje está no Ministério da Educação", exemplifica.

Nesse sentido, outro ponto de atenção é quando perfis de mulheres em espaços políticos deixam de ser relacionados aos próprios esforços e passam a ser associados a oligarquias. De acor-

do com Monalisa, a comum associação acontece no universo geral da política e não apenas quando uma mulher está presente. "O ativo família é um ativo importante que ainda é utilizado e que ainda tem seus efeitos, que agrupa voto. Os homens também acessam espaços eletivos mobilizando o recurso família. Então não é um caso restrito à mulher, mas sim um recurso que é utilizado no universo da política para homens e para mulheres. Não é uma coisa exclusiva das mulheres", afirma.

AVANÇOS

Conforme observa a cientista política, apesar de ainda menor do que o esperado, o avanço da participação das mu-

lheres na política é significativo. Todavia, faz-se necessário frisar a importância de uma amplificação e um aprofundamento dessa inclusão na esfera governamental.

"Os partidos estão começando a colocar mais mulheres em espaços de decisão, isso é importantíssimo, porque mais mulheres em espaço de deliberação política dentro dos próprios partidos, estimula, facilita e reduz os obstáculos das próprias mulheres que estão naqueles partidos. Então, mais mulheres ocupando o comando dos espaços de decisão dentro dos partidos, pode representar mais mulheres candidatas, mais mulheres com candidaturas viáveis, mais mulheres com força de competitividade para disputar lugares de poder e, obviamente, mais mulheres eleitas", finaliza.

cenário 13 de Maio

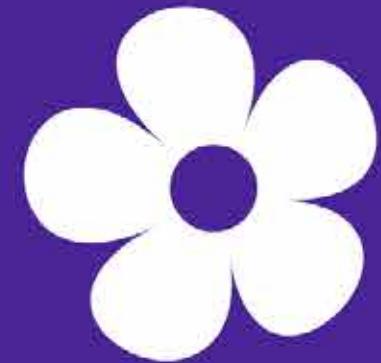
7

“

Apesar de ainda menor do que o esperado, o avanço da participação das mulheres na política é significativo. Todavia, faz-se necessário frisar a importância de uma amplificação e um aprofundamento dessa inclusão na esfera governamental.

Zap Delas

MULHER, VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHA!



Zap Delas
85 99814.0754



ALECE

ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ



ENTREVISTA

Jô Farias

POR UMA SOCIEDADE SEGURA E IGUALITÁRIA

Natural de Irauçuba e filha de agricultores, Jô Farias é filiada ao PT e tem seu mandato pautado na garantia de direitos e no combate às desigualdades e preconceitos. Mesmo vindo do interior, teve suas principais contribuições na Região Metropolitana de Fortaleza, notadamente em Horizonte, município governado pelo seu esposo, Nezinho Farias. Lá, a parlamentar foi secretária de Assistência Social, secretária de Articulação Institucional e Política, além de ter sido vereadora do município. Também é idealizadora do projeto Beija-Flor, que realiza um importante trabalho articulado de mediação de políticas públicas na região.

Em sua trajetória, Jô Farias também foi presidente da Associação para Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará (APDMCE) e integrou o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Na Alece, a deputada projeta intensificar seus esforços para avançar em favor da igualdade nos próximos três anos.

Para você, qual a importância da representação feminina no parlamento?

Jô Farias - A representação feminina no parlamento é de extrema importância, pois traz uma perspectiva única e necessária para as decisões políticas. A presença de mulheres no parlamento garante que a voz de todas seja ouvidas e suas necessidades sejam colocadas em pauta. É uma vitória significativa para nós, mulheres cearenses, ter nove

representantes femininas na Casa do Povo. Isso significa que suas questões serão debatidas e encaminhadas com mais sensibilidade e compreensão. Além disso, nós, deputadas, podemos levantar bandeiras relacionadas ao bem-estar, ao empoderamento e à proteção de todas as cearenses, trabalhando para promover a igualdade de gênero e garantir direitos fundamentais.

Dentre as pautas e áreas em que atua com mais frequência, qual destacaria como aquela que melhor traduz seu mandato na Assembleia Legislativa?

Jô Farias - Nosso mandato tem o compromisso de criar um ambiente

seguro e igualitário para todas as mulheres cearenses, onde suas vozes sejam valorizadas e suas necessidades sejam atendidas. Nesse sentido, destaco a luta por projetos e pautas que visam promover a equidade de gênero, o combate à violência e a autonomia financeira. Reconhecemos que o empoderamento econômico é essencial para garantir sua independência e autonomia, e estamos empenhados em desenvolver propostas e políticas públicas que impulsionem o crescimento e a inclusão das mulheres no mercado de trabalho.

Qual balanço você faz da sua atuação como deputada até agora e como projeta os próximos três anos?

Jô Farias - Fazendo um balanço da minha atuação como deputada até

o momento, posso dizer que estou orgulhosa das conquistas alcançadas e do trabalho realizado em prol dos cearenses. Nosso mandato é pautado pela pluralidade, com atenção, apoio e defesa das causas e necessidades da população, com enfoque nas mulheres, crianças, adolescentes e jovens. Sempre acreditei e trabalhei pelo protagonismo feminino e pela garantia de direitos, e isso se reflete no meu trabalho na Assembleia Legislativa. Projetando os próximos três anos, pretendo intensificar e otimizar esses esforços, buscando realizar ainda mais avanços em favor da igualdade, da justiça social e do bem-estar geral.

Qual legado você deseja deixar como parlamentar?

Jô Farias - Como parlamentar, nosso objetivo é ser um instrumento do legislativo em defesa dos direitos do povo cearense, promovendo a felicidade e o bem-estar coletivo. Buscamos construir um mandato inovador, humanizado e participativo, que esteja alinhado aos princípios constitucionais. Desejo ser reconhecida como uma deputada que contribuiu significativamente para o desenvolvimento econômico e social dos cidadãos cearenses, especialmente das mulheres. Quero deixar um legado de luta por igualdade de gênero, inclusão social e promoção de políticas que visem melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, independentemente de sua origem, gênero ou idade.

“Quero deixar um legado de luta por igualdade de gênero, inclusão social e promoção de políticas públicas”

9

“

Nosso mandato tem o compromisso de criar um ambiente seguro e igualitário para todas as mulheres cearenses, onde suas vozes sejam valorizadas e suas necessidades sejam atendidas



ENTREVISTA

Lia Gomes

CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

10

Lia Gomes exerce seu primeiro mandato eletivo, na Assembleia Legislativa do Ceará, mas o envolvimento com a política vem de berço. Médica por formação, ela vem de uma família de líderes políticos e conseguiu se destacar em gestões públicas, sempre com um trabalho voltado para as questões sociais. Passou pela Prefeitura de Fortaleza e pelo Governo do Estado, destacando-se na criação de programas voltados a populações mais vulneráveis. Na Alece, a parlamentar está à frente da Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa (PEM).

Para você, qual a importância da representação feminina no parlamento?

Lia Gomes - As mulheres representam mais da metade da população e do eleitorado, então é uma questão de representatividade. Mas, para além disso, os estudos sobre a participação da mulher na política, da ONU, por exemplo, mostram que os locais que são governados por mulheres têm mais justiça social, mais investimentos na área de saúde, de assistência e da educação. E nada melhor do que ter mulheres para pensar em políticas públicas para as mulheres. Não que os homens não possam fazer isso, mas é a mulher quem mais sente a sobrecarga do trabalho doméstico e

a dificuldade de acesso às creches para que elas possam trabalhar. Isso, infelizmente, por conta da cultura do nosso país, que ainda não divide por igual tarefas domésticas e cuidados com as crianças entre os homens e as mulheres. Inclusive, vários estudos mostram que as mulheres dedicam mais de 10 horas por semana nessas atividades de cuidados com as crianças e com as atividades de casa.

Dentre as pautas e áreas que atua com mais frequência, qual destacaria como a que melhor traduz seu mandato na Assembleia Legislativa?

Lia Gomes - Sem dúvida alguma, a pauta das mulheres tem um destaque maior no meu mandato, até pelo cargo que eu estou ocupando no momento, de Procuradora Especial da Mulher da Assembleia Legislativa, que trabalha diretamente nesse enfrentamento à violência contra mulher e, também, na prevenção dessa violência. Outra causa na qual tenho atuado bastante é na das políticas para a população LGBT, que ainda precisa de um olhar diferenciado, de um olhar especial pela situação de desigualdade em que ela se encontra.

Existe um questionamento muito grande de pessoas que dizem que

a população LGBT e as mulheres querem privilégio e isso realmente não é verdade. Existe um princípio dos direitos humanos chamado “princípio da equidade”, o qual diz que se pessoas estão em patamares diferentes, você precisa dar o que elas precisam para terem acesso às mesmas oportunidades.

Qual o balanço que você faz da sua atuação como deputada até aqui e como projeta os próximos três anos?

Lia Gomes - Acho que é muito cedo ainda pra fazer um balanço. Na Alece, tenho procurado dar o meu melhor, participar ativamente de tudo o que está vinculado às temáticas que eu mais atuo, faço parte de cinco comissões, estou como Procuradora Especial da Mulher e, sem dúvida, é o local que toma a maior parte do tempo do meu mandato, mas tenho procurado participar de outras atividades também, ligadas às pessoas LGBT, aos Direitos Humanos de uma maneira geral, à questão da saúde do nosso Estado, ao combate à fome etc.

Qual o legado que você quer deixar como parlamentar?

Lia Gomes - Espero conseguir implantar a Procuradoria da Mulher em todo o Estado, para que cada município, por menor que seja, tenha um local de referência, onde as mulheres possam buscar acolhimento e esclarecimento, um local, também, pra trabalhar a prevenção e a educação. É muito importante que a gente forme uma

“

Existe um princípio dos direitos humanos chamado “princípio da equidade”, o qual diz que se pessoas estão em patamares diferentes, você precisa dar o que elas precisam para terem acesso às mesmas oportunidades.

nova geração que não tolere mais a violência contra mulher, uma geração que entenda que as diferenças de gênero devem ser respeitadas, que combatia o machismo. Precisamos de políticas para as mulheres que realmente olhem e entendam as mulheres, estou trabalhando todos os dias para construir um mandato que deixe um legado de combate à violência de gênero, um mandato que evidencie a defesa dos direitos das mulheres.

Para me motivar no dia-a-dia, eu sempre vejo a política como uma ferramenta fundamental de inclusão e transformação social, então eu penso que a política que a gente faz precisa causar um impacto positivo, fazer a diferença na vida das pessoas e acho que esse é um legado que eu pretendo deixar, de que a minha atuação como Deputada causou algum tipo de impacto positivo na vida das pessoas aqui do meu estado.

“É importante formar uma geração que não tolere mais a violência contra mulher”



ENTREVISTA

Luana Ribeiro

POLÍTICA EM FAVOR DA INCLUSÃO

Em seu primeiro mandato, a deputada estadual Luana Ribeiro levou à Alece uma pauta que já a acompanha há alguns anos. Luana se dedica a projetos em prol de crianças autistas e pessoas neurodivergentes. A experiência com o filho, que aos 2 anos de idade teve diagnóstico para Transtorno do Espectro Autista (TEA), fez Luana Ribeiro se dedicar à causa. Os primeiros projetos surgiram em sua atuação como primeira-dama do município de Cascavel. O foco na inclusão segue dando o tom no seu exercício enquanto deputada.

Para você, qual a importância da representação feminina nesse parlamento?

Luana Ribeiro - A presença de mulheres na política é fundamental para uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva. A representação feminina traz uma perspectiva única e enriquecedora para o debate público e a tomada de decisões. As mulheres representam mais da metade da população e, portanto, é essencial que suas vozes sejam ouvidas e que elas tenham a oportunidade de contribuir nas discussões e decisões que afetam suas vidas. A diversidade de perspectivas, experiências e vivências é fundamental para uma representação democrática e efetiva. Nesse sentido, é importante que as mulheres sejam incentivadas e apoiadas a ingressar na política, e que haja medidas de promoção da igualdade de gênero, como cotas e

programas de capacitação. Devemos criar um ambiente político inclusivo, no qual as mulheres se sintam encorajadas a participar ativamente e ocupar cargos de liderança.

Dentre as pautas e áreas que atua com mais frequência, qual destacaria como a que melhor traduz seu mandato na Assembleia Legislativa?

Luana Ribeiro - Sou apaixonada por promover a inclusão e defender os direitos das pessoas com deficiência, em especial o público com autismo. Essa é uma área na qual atuo com frequência e que considero fundamental para traduzir o meu mandato na Alece. Acredito que é nosso dever assegurar que todas as pessoas, independentemente de suas características e necessidades, tenham acesso igualitário a oportunidades, serviços e recursos. No caso das pessoas com deficiência, é essencial trabalhar em prol da inclusão e da melhoria da qualidade de vida desses e de suas famílias. No meu mandato, busco sensibilizar meus colegas parlamentares e a sociedade como um todo para as questões relacionadas ao autismo. Isso inclui a defesa de políticas públicas que garantam o acesso à saúde, educação, trabalho e lazer para as pessoas com autismo.

Qual o balanço que você faz da

“A diversidade de perspectivas e experiências é fundamental para uma representação democrática”

sua atuação como deputada até aqui e como projeta os próximos três anos?

Luana Ribeiro - No meu mandato, busco sensibilizar meus colegas parlamentares e a sociedade como um todo para as questões relacionadas às pessoas com deficiência. Isso inclui a defesa de políticas públicas que garantam o acesso à saúde, educação, trabalho e lazer para as pessoas com autismo.

Promoço a criação de programas e projetos de lei que estimulem a inclusão e a aceitação das diferenças, bem como o desenvolvimento de serviços especializados e o apoio às famílias. Também busco fortalecer a rede de atendimento, com a ampliação de centros de diagnóstico, terapias e suporte multidisciplinar. Além disso, trabalho em parceria com organizações da sociedade civil, profissionais da área e famílias

de pessoas com autismo, a fim de identificar as necessidades e buscar soluções que promovam a inclusão e o desenvolvimento pleno dessas pessoas. A área em que mais atuo, e que melhor traduz meu mandato, é a promoção da inclusão e a defesa dos direitos das pessoas com autismo, especialmente na infância. Busco ser uma voz ativa e dedicada a garantir que todas as pessoas com autismo sejam valorizadas, respeitadas e tenham igualdade de oportunidades em nossa sociedade.

Qual o legado que você quer deixar como parlamentar?

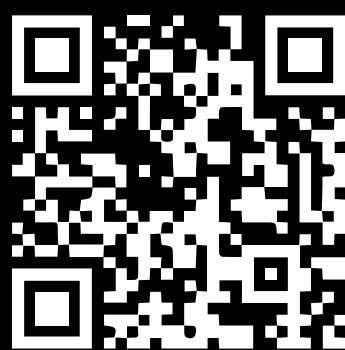
Luana Ribeiro - Meu maior legado será ter contribuído para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Desejo ser lembrada como uma deputada comprometida, que trabalhou incansavelmente em prol do bem-estar e da melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos. Espero que meu trabalho tenha impacto nas áreas em que atuo, seja na inclusão de pessoas com deficiência, na defesa dos direitos das mulheres, na educação de qualidade, na saúde acessível para todos ou em qualquer outra frente que eu tenha dedicado minha atenção. Além disso, gostaria de ser lembrada como uma parlamentar comprometida com a transparência, a ética e a integridade. Também desejo inspirar outros indivíduos a se envolverem na política e a buscarem transformações positivas em suas comunidades.

Você leu:



Leia na próxima (e última) edição do caderno da série especial "Os muitos caminhos da mulher na política", em agosto, o legado das parlamentares para a sociedade.

Aponte camera do celular para o **Qr Code** e confira as outras edições:



ALECE ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ

Produção e veiculação:

Opinião
Direto ao ponto